



Sentados, da esquerda para a direita, Langoni, Stábile, Delfim Netto e Ernane Galvães

Empresários unâimes: querem expurgo

BRASÍLIA (O GLOBO) — Pela primeira vez na história do Conselho Monetário Nacional, todos os representantes da iniciativa privada, sem exceção, usaram da palavra. O discurso, contudo, foi um só: esse o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, que raramente fala, ao Presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, habitualmente loquaz, todos foram unâimes em declarar que, sem o expurgo dos aumentos de preços, o pacote aprovado ontem perdeu muito de sua eficácia.

Segundo participantes da reunião, partiu do Ministro do Planejamento, Delfim Netto, a iniciativa de fazer cada um dos representantes da iniciativa privada opinar sobre o pacote. Nem Delfim, nem o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, nem o Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, os únicos representantes do Governo que falaram na reunião, explicando as medidas, colocaram qualquer objeção ou reparo à defesa do expurgo, feita pelos representantes da iniciativa privada.

Ao final das exposições, o Ministro do Planejamento, sem avançar qualquer posição mais clara da área econômica do Governo sobre a alegada necessidade de se realizar o expurgo, limitou-se a afirmar ter sido "bom ouvir dos empresários suas opiniões sobre o pacote".

O ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões afirmou, à saída da reunião, que, sem o expurgo de preços, o pacote de medidas aprovado ontem não irá impedir a alta da inflação.

Ressaltou que, se o Governo, contudo, tivesse adotado sua proposta de eliminar

todos os subsídios da economia de uma só vez, não haveria, sequer, necessidade do expurgo. Segundo Bulhões, a extinção dos subsídios em uma penada faria a inflação subir alguns meses, mas depois ela cairia rapidamente.

— Eliminando-se de uma vez os subsídios, limitando o crédito e, em consequência, acabando com a expansão monetária, existiria uma tendência de estabilidade dos preços — concluiu.

ORTN TAMBÉM

O Presidente da Confederação Nacional do Comércio, (CNC), Antônio de Oliveira Santos, disse que o expurgo de preços só será justo e eficaz se atingir, além do INPC, também as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). Segundo ele, sem este duplo expurgo, haveria transferência maciça de recursos de um setor para outro.

— Esperamos que o poder Executivo possa fazer aprovar o expurgo no INPC e nas ORTNs no Congresso Nacional, porque, se não, o pacote perderá sua eficácia — observou.

O Presidente do CNC assinalou que a Resolução 802 do CMN, que equiparou a inflação, a correção monetária e a correção cambial, deve ser mantida, pois, com o duplo expurgo, não haverá prejuízos para setor algum com o setor de exportação e as cadernetas de poupança, por exemplo, mantendo a mesma rentabilidade.

CAMILO PENNA

O Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, disse que houve uma ma-

nifestação unânime e muito clara da absoluta necessidade do pacote ser conjugado com a introdução de expurgo ou da desindexação dos diversos índices que existem no País. Ao deixar a reunião do Conselho Monetário Nacional, ele estava feliz por ter visto sua antiga idéia de desindexação da economia ganhar corpo junto ao empresariado privado.

— Na reunião do CMN não se adotou decisão — alguma de expurgar o INPC os aumentos praticados em função da retirada do subsídio de alguns produtos. O expurgo é uma medida muito séria que precisa ser estudada e deve receber o apoio de toda sociedade. Hoje, ela teve o apoio maciço da área empresarial brasileira e veio a reforçar a posição do Governo neste rumo”.

Camilo Penna disse ainda que o acordo do PTB/PDS não foi o que impediu a decisão de se expurgar os aumentos. Mas reconheceu que se isto não for feito, o pacote econômico pode se tornar inviável.

— O pacote econômico aprovado — acrescentou — tem seus méritos e se espera que as medidas conduzam a uma queda da inflação. Mas estes méritos serão ampliados se o pacote for acompanhado da desindexação”.

Na sua opinião, o expurgo dos aumentos não deve gerar preocupação com a perda de salário, porque a “retirada da elevação dos preços dos índices e ou a desindexação contribuiriam para a manutenção ou crescimento do Produto Nacional e, consequentemente, se estará criando rendas e não diminuindo a renda”.